

O Judiciário não é mais um "bom negócio" para o devedor

FOTOS: ARQUIVO PESSOAL

**LUIZ FERNANDO FRAGA**

Advogado, sócio do Barbosa, Müssnich & Aragão Advogados

**MARCELA MAFFEI QUADRA TRAVASSOS**

Advogada, associada do Barbosa, Müssnich & Aragão Advogados

Durante muito tempo, consolidou-se na cultura brasileira a certeza de que ser devedor no nosso Judiciário constituiria, economicamente, um "bom negócio". De um lado, tinha-se a excessiva morosidade do Judiciário; de outro, havia índices de correção monetária e de juros aplicados aos débitos judiciais que ficavam bem abaixo dos expressivos rendimentos das aplicações financeiras, mesmo das mais conservadoras. Tudo a favorecer a estratégia de se postergar ao máximo o pagamento dos débitos judiciais, com grandes vantagens aos devedores acionados em juízo.

A história recente do Brasil remonta a períodos marcados por índices de inflação extremamente altos. O índice médio anual verificado na década de 1980, por exemplo, atingiu o montante acumulado de 330% e no período entre 1990 e 1994 a média anual chegou ao nível estratosférico de 764%. Na tentativa de refrear a inflação que assolava a economia brasileira, uma das principais medidas adotadas pelo governo federal foi a fixação de elevadas taxas de juros do mercado no país, estas valendo para as aplicações financeiras, tais como a caderneta de poupança e os fundos de renda fixa.

Enquanto isto, os débitos decorrentes de decisões judiciais eram acrescidos de correção monetária, conforme o artigo 1º da Lei 6.899/81, e de juros legais que, de acordo com o então vigente Código Civil (CC), estavam limitados a 0,5% ao mês. Assim sendo, muito mais valia ao devedor aplicar o dinheiro em caderneta de poupança e/ou em fundos de investimentos conservadores, auferir os respectivos rendimentos atrelados às altas taxas de juros do mercado (sempre superiores a 1% ao mês) e deixar a dívida "rolando na Justiça" (com correção monetária e juros de 0,5% ao mês).

Quando chegava a hora de efetivamente pagar o que devia em juízo, o dinheiro muito já havia rendido e o "bom negócio" se concretizava para o devedor. Mas os tempos mudaram e a realidade é outra. Com a estabilização da economia e o constante movimento em prol da redução da taxa de juros, os rendimentos da caderneta de poupança e dos fundos de investimentos conservadores não conseguem mais atingir a atualização dos débitos judiciais. Até porque, em virtude de relevante alteração legislativa, nova taxa de juros de mo-

ra passou a incidir em relação a tais débitos, qual seja, a "taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional", o que até hoje tem correspondido à taxa Selic.

Vale observar que a jurisprudência dos nossos tribunais ainda diverge quanto à aplicação da Selic como a taxa de juros de mora incidente conforme o artigo 406 do CC, mas hoje prevalecendo o entendimento no sentido da aplicação da mesma, em detrimento da taxa de 1% ao mês fixada pelo artigo 161, § 1º, do Código Tributário Nacional (CTN)

Dois exemplos do que estamos a dizer:

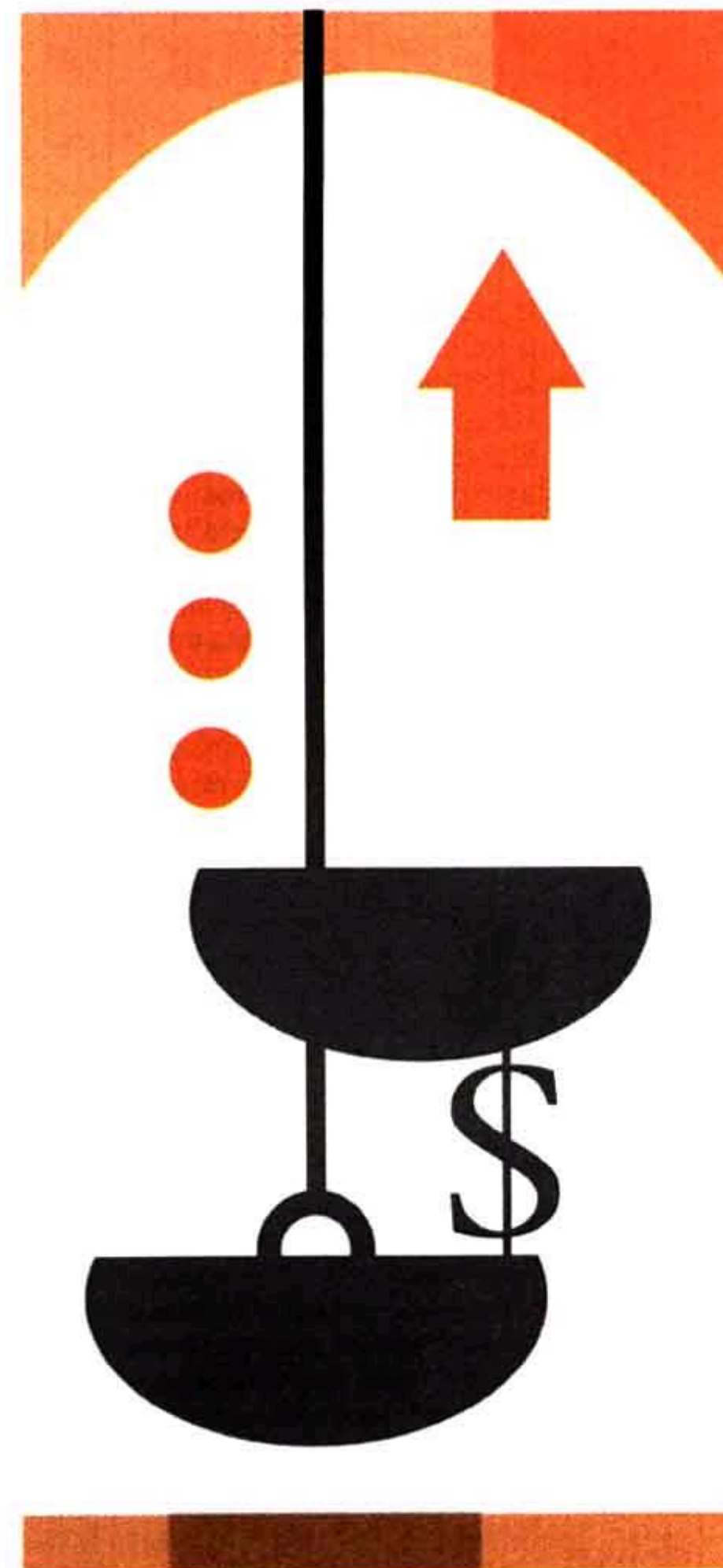
1 – Débito judicial de R\$ 1 milhão exigível em 1/1/96: com a correção monetária e a taxa de juros legais de 0,5% ao mês, em 1/12/99 chegar-se-ia ao montante de R\$ 1.456.009,41. Se a mesma quantia fosse investida em caderneta de poupança no mesmo período, com taxa de juros e correção monetária conforme estabelecido pelo Banco Central, chegar-se-ia ao montante final de R\$ 1.742.034. Ressalte-se que, mesmo acrescentando à quantia devida honorários advocatícios, fixados, de praxe, em 10% do valor da condenação, o valor total do débito judicial ainda não conseguiria superar o retorno do investimento em caderneta de poupança.

2 – Débito judicial de R\$1 milhão exigível em 1/1/07: com a correção monetária e os juros simples à taxa Selic, em 1/10/10 chegar-se-ia ao montante de R\$ 1.617.278,39. Acrescida da verba honorária, em montante arbitrado em 10%, o débito total seria de R\$ 1.779.005,13. Caso se optasse pelo investimento daquela mesma quantia, pelo mesmo período, em caderneta de poupança, chegar-se-ia ao montante total de R\$ 1.312.826. Como se vê, a dívida judicial teria se avolumado bem acima do crescimento da mesma quantia na caderneta de poupança.

Ademais, é importante também mencionar que, na presente década, o Código de Processo Civil (CPC) sofreu várias alterações nos capítulos que tratam das execuções e do cumprimento de sentenças. Além de tornar o procedimento mais célere, o objetivo dessas alterações foi trazer mecanismos mais eficazes de coerção sobre os devedores, desestimulando a mora judicial. Como exemplo, o disposto no novo artigo 475-J do CPC determina a aplicação de multa de 10% do valor da condenação ao devedor que não cumpre espontaneamente a obrigação contida em título judicial no prazo de 15 dias.

Além disso, os tribunais passaram a contar com instrumentos eficazes de penhora on-line (sistema BacenJUD), por meio do qual o juiz pode determinar, do seu próprio gabinete, em portal na internet, a penhora de valores existentes em contas bancárias e aplicações do devedor.

Como se vê, a estabilização da economia brasileira a partir da década passada, com a conseqüente redução da taxa de juros do mercado, bem como a entrada em vigor do novo Código Civil e das várias alterações na legislação processual na presente década tornaram a mora em juízo um "mau negócio" para o devedor.



COM A ESTABILIZAÇÃO DA ECONOMIA E O CONSTANTE MOVIMENTO EM PROL DA REDUÇÃO DA TAXA DE JUROS, OS RENDIMENTOS DA CADERNETA DE POUPANÇA E DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS CONSERVADORES NÃO CONSEGUEM MAIS ATINGIR A ATUALIZAÇÃO DOS DÉBITOS JUDICIAIS